



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CARTA CONTRATO Nº 24/2019

CARTA-CONTRATO N. 24/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. 0002306-16.2019.6.22.8000

CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA PAZ AMBIENTAL LTDA, PARA RECOLHIMENTO E DESCARTE DO LIXO HOSPITALAR PRODUZIDO PELA SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO ODONTOLÓGICA DO TRE-RO (SAMES).

CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893/SSP-RO e CPF 475.106.849-00.

CONTRATADA: Empresa **PAZ AMBIENTAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.331.865/0001-94, com sede na Gleba Corumbiara, setor 12, lote 58/2E, CEP 76.980-000, Município de Vilhena, Estado de Rondônia, Telefone (69) 3322-6752/3322-4626/99205-5876, E-mail: patricia.pazambiental@gmail.com e pazambientalvha@gmail.com, neste ato representada por **PATRICIA PAZ SILVA GIORDANI**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG n. 238.885-SSP/RO e CPF n. 204.071.572-04.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 8.666/93 (Licitações e Contratos, Lei 12.305/10, Decreto 5.940/06, Instrução Normativa SLTIMPOG n. 01/2010, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e Instrução Normativa



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TRE-RO 004/2008 e, supletivamente, Lei 10.406/2002 (Código Civil) e Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

FUNDAMENTO LEGAL: Contratação direta por Dispensa de licitação, fundamentada no artigo 24, II, da Lei 8.666/93.

Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Dispensa de Licitação: Despacho nº 6060/2019- PRES/DG/GABDG, de 27/11/2019.

DO OBJETO

(Artigo 55, I e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA — A presente Carta-Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada em coleta e descarte de lixo hospitalar infectante, para recolhimento e descarte do lixo hospitalar produzido pela Seção de Assistência Médico Odontológica – SAMES do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

Subcláusula Primeira - Vinculam-se à presente Carta-Contrato, independente de transcrição, o Projeto Básico respectivo e seus anexos, a Cotação de Preços n. 003/2019-SLC, a proposta da CONTRATADA e o Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Dispensa de Licitação.

DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

(Artigo 55, II e IV, da Lei 8.666/93)

Subcláusula Segunda - A empresa CONTRATADA deverá realizar a *coleta semanal* de aproximadamente 5 quilogramas de lixo infectante, todas as sextas-feiras, dentro do horário de funcionamento do TRE-RO, das 08:00h às 18:00h, no prédio sede do TRE-RO situado na Avenida Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, em Porto Velho/RO, sendo que eventuais variações no peso para mais ou para menos não poderão ser alegadas para majorar o preço.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira - O quantitativo acima é estimado e, assim, não obriga a Administração a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência deste instrumento.

Subcláusula Quarta - Excepcionalmente, caso ocorra a necessidade de descarte em dia anterior à sexta-feira, em decorrência de acúmulo de lixo infectante, a CONTRATADA será comunicada com uma antecedência mínima de 24h (vinte e quatro horas) para fazê-lo, podendo ser dispensada a coleta da sexta-feira imediatamente seguinte.

Subcláusula Quinta - Quando o dia da coleta coincidir com feriados ou outro dia em que não houver expediente no TRE-RO, ou caso ocorra qualquer outro impedimento que inviabilize a coleta dos resíduos, esta deverá ocorrer no dia útil imediatamente anterior ou subsequente, conforme previamente acordado com o fiscal da contratação.

Subcláusula Sexta - A execução dos serviços objetos da presente contratação terá início na primeira sexta-feira imediatamente seguinte ao início da vigência da Carta-Contrato.

Subcláusula Sétima - Serão recusados os serviços prestados em desacordo com o Projeto Básico, com os dispositivos contratuais e com a proposta da CONTRATADA, ou ainda com as normas ambientais ou de saúde pública vigentes.

DA VIGÊNCIA

(Artigo 57, II e seus §§, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA— A vigência desta Carta-Contrato será de 12 (doze) meses, a contar de 1º/01/2020, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante celebração de termo aditivo, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93, limitado a 60 (sessenta) meses.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA TERCEIRA - O valor total estimado desta Carta-Contrato é de **R\$ 2.160,00** (dois mil cento e sessenta reais), conforme Cotação de Preços apresentada pela CONTRATADA.

Item	Atividade	Unid. de Medida	Quant. Me
1	Coleta/descarte de lixo hospitalar/infectante	Aproximadamente 5 Kg / semanal	20
VALOR TOTAL ESTIMADO DESTA CARTA-CO			

Subcláusula Primeira – Nos valores supramencionados estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Segunda – As despesas com a execução da presente Carta Contrato correrão à conta do orçamento 2020 da Justiça Eleitoral de Rondônia, mediante Nota de Empenho a ser emitida após a disponibilização do mencionado orçamento, e consoante quadro resumo a seguir:

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Ordinário
AGREGADOR	Manutenção Geral
DESPESA AGREGADA	Operação dos Serviços Administrativos
PLANO INTERNO	AOSA MANMAQ

DO PAGAMENTO
(Artigo 55. III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA - O pagamento será efetuado mensalmente, após a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada das respectivas requisições de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

serviços, quando for o caso, devidamente certificada pelo titular da Seção de Assistência Médica e Social do TRE-RO, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil contado da data em que a Fatura/Nota Fiscal for atestada.

Subcláusula Primeira – Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá estar em situação de plena regularidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Pública Federal, e à Justiça do Trabalho.

Subcláusula Segunda - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

Subcláusula Terceira – Caso o CONTRATANTE identifique alguma divergência ou pendência que impeça o pagamento, notificará a CONTRATADA para a devida regularização, sendo que o prazo para pagamento será contado a partir da regularização da pendência ou divergência.

Subcláusula Quarta - Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão n. 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012).

Subcláusula Quinta - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Sexta - O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

Subcláusula Sétima - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Subcláusula Oitava – A compensação financeira prevista na Subcláusula anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

(Art. 67 da Lei 8666/93)

CLÁUSULA QUINTA – A gestão da presente contratação será exercida pelo titular da Seção de Assistência Médica e Social – SAMES e a fiscalização desta contratação será exercida por servidor indicado pela SAMES, ou pelos seus respectivos substitutos, na ausência dos titulares, aos quais competem, nessas condições, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa nº 04/2008/TRE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Única - A atuação ou a eventual omissão da Gestão e Fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA – São obrigações do CONTRATANTE:

1. Designar fiscal para a execução dos serviços, ligado à SAMES;
2. Destinar espaço físico adequado para o armazenamento do material a ser recolhido;
3. Comunicar à contratada, por escrito, eventuais problemas a serem solucionados;
4. Permitir o acesso às dependências do TRE-RO dos funcionários da contratada, desde que devidamente identificados;
5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, nos termos e condições especificadas no Projeto Básico;
6. Promover o acompanhamento e a fiscalização, sob os aspectos quantitativos e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
7. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste instrumento;
8. Orientar a CONTRATADA acerca do fornecimento do objeto contratado e autorizar, quando necessário, o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho quando necessário, observando as normas de segurança existentes;
9. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do avençado;
10. Comunicar-se com a CONTRATADA preferencialmente através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços, devendo esta ser notificada quando da constatação de qualquer pendência;
11. Controlar a execução financeira da contratação, dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos;
12. Analisar e se manifestar sobre pedidos de prorrogação de prazo quanto ao objeto contratado; e
13. Cumprir as demais obrigações necessárias ao cumprimento deste instrumento contratual.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, II, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA - São obrigações da CONTRATADA:

1. Indicar, por escrito e antes do início das atividades, preposto a atuar durante o período de vigência da Carta-Contrato, para representá-la administrativamente sempre que necessário, indicando-se o seu nome, telefone, e-mail e endereço, a quem o fiscal da contratação deverá se reportar para resolução de pendências.
2. Apresentar os profissionais uniformizados e/ou identificados nas dependências do TRE-RO.
3. Destinar material e equipamentos adequados e em número suficiente ao desenvolvimento das atividades.
4. Acondicionar os resíduos de serviços de saúde de acordo com às exigências legais referentes ao meio ambiente, à saúde e à limpeza urbana, e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT, ou, na sua ausência, às normas e critérios internacionalmente aceitos.
5. Separar os resíduos de serviços de saúde de acordo com as características físicas, químicas, biológicas e classificação e acondicionados em sacos e/ou recipientes impermeáveis, resistentes a ruptura e vazamentos, contendo identificação do conteúdo, cabendo à empresa o transporte e destinação conforme as normas técnicas citadas no item 5.1.3 do Projeto Básico respectivo.
6. Adotar as medidas necessárias à proteção ambiental e as precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros durante a execução de suas atividades;
7. Responder por danos causados a terceiros e ao meio ambiente em virtude dos serviços prestados, desde que efetivamente caracterizada e comprovada sua responsabilidade;
8. Comunicar previamente ao CONTRATANTE sobre problemas que possam ocasionar alterações de horário de coleta do material;
9. Orientar os profissionais sob sua responsabilidade sobre o teor do contrato firmado de forma a garantir sua fiel execução;
10. Apresentar a documentação enviada para “Atesto” da Nota Fiscal de Serviços, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas atualizada e Certidão de regularidade junto ao INSS e ao FGTS e fisco federal.
11. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação sem prévia anuência do CONTRATANTE.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com os compromissos assumidos, todas as condições de habilitação exigidas durante o procedimento licitatório.
13. Realizar o recolhimento e adequada destinação ao lixo infectante, ainda que ocasionalmente a quantidade de lixo gerada ultrapasse, em quilogramas, a quantidade contratada.
14. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;
15. Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos objetos.
16. Manter, durante toda a vigência contratual, conta-corrente bancária vinculada ao CNPJ da CONTRATADA, como condição para o pagamento dos fornecimentos efetuados na vigência contratual.
17. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de a CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços.
18. Emitir nota fiscal/fatura mensalmente e apresentá-la ao CONTRATANTE até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à execução dos serviços, com a descrição dos serviços prestados, encaminhando como anexos as requisições e os documentos que comprovem sua adimplência (INSS, FGTS, Fazenda Pública Federal, Justiça do Trabalho);
19. Cumprir, no prazo determinado na notificação expedida, determinação do fiscal ou do gestor do contrato para adimplemento de obrigação contratual.
20. Informar imediatamente à fiscalização qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços para a adoção das medidas cabíveis;
21. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto da presente Carta-Contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total desta contratação, na forma do artigo 65, § 1º e § 2º, da Lei 8.666/93, estando as supressões acima desse percentual condicionadas a acordo entre as partes, conforme § 2º, *caput* e inciso II, do mesmo diploma legal, observado o que segue:
 - a) Os limites de alteração à contratação serão considerados de forma isolada, ou seja, tomando-se o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos, sempre calculados sobre o valor original deste instrumento, sem que haja compensação entre eles, conforme reiterada decisões do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TCU (Acórdãos 1.981/2009, 749/2010, 906/2012 e 517/2012 – Plenário).

22. Não contratar, na vigência desta Carta-Contrato, empregados ou admitir em seu quadro societário pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, comunicando imediatamente o TRE-RO sobre a possibilidade de tais ocorrências.

23. Realizar os serviços objeto desta contratação nas condições, preços e prazos estabelecidos.

24. Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:

a) os pedidos de prorrogação de prazo deverão apresentar a devida justificada e ser dirigidos à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal deste instrumento, decidir acerca desses pedidos; e

b) somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para a entrega e a substituição do serviço, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.

25. Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

DAS PENALIDADES

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA – Pelo eventual descumprimento dos prazos e condições previstas nesta carta-contrato, no Projeto Básico e seus anexos e na proposta, a CONTRATADA se sujeita à aplicação das penalidades ora previstas:

Subcláusula Primeira - O descumprimento injustificado das obrigações estabelecidas neste instrumento e anexos, consoante o “caput” e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, sujeita a CONTRATADA à multa moratória, incidentes sobre o valor da carta-contrato, na seguinte forma:

I - atraso injustificado de 24 (vinte e quatro) horas no atendimento da requisição ou na execução dos serviços de recolhimento do lixo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

infectante: multa de mora de 2% (dois por cento) sobre o valor contratado;

II – da 25ª a 48ª hora de atraso, multa de 3% (três por cento) sobre o valor contratado, caracterizando-se sua inexecução total a partir da 49ª hora de atraso;

III – ausência de recolhimento do lixo infectante por uma semana, sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor contratado;

IV – ausência de recolhimento de lixo infectante superior a uma e até duas semanas, sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE, multa de 3% (três por cento) sobre o valor contratado, configurando sua inexecução a ausência de recolhimento do lixo infectante por mais de duas semanas.

Subcláusula Segunda – Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto Contratado, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado.

Subcláusula Terceira - Pela inexecução total ou parcial do serviço objeto deste instrumento, a Administração poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantida o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quarta - Sempre que não houver prejuízo para a Administração Pública, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a critério e motivação do CONTRATANTE.

Subcláusula Quinta - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE/RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

Subcláusula Sexta - Na aplicação das penalidades aqui previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE/RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato, as penalidades mais severas.

Subcláusula Sétima - As sanções estabelecidas neste instrumento podem ser aplicadas à CONTRATADA de forma cumulada entre si e com as demais previstas na legislação correlata.

Subcláusula Oitava - As multas e demais sanções previstas nesta seção não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante ou a terceiros.

Subcláusula Nona - A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nesta seção, caracterizará a inexecução total deste instrumento.

Subcláusula Décima - Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar a CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Décima Primeira - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

Subcláusula Décima Segunda - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.

Subcláusula Décima Terceira – Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário).

Subcláusula Décima Quarta - Caso o valor do pagamento a que fizer jus a Contratada não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da IN TRE-RO 05/2009).

Subcláusula Décima Quinta - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa n. 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Sexta - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Sétima – Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

Subcláusula Décima Oitava - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

Subcláusula Décima Nona - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Vigésima - O procedimento para aplicação de sanções pela CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa n. 04/2008-TRE-RO, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

Subcláusula Vigésima Primeira - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida IN- TRE-RO n. 004/08.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Art. 55, VIII e IX, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA NONA- A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução parcial ou total de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Penalidades” deste instrumento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Primeira – A rescisão contratual poderá ser:

I - Por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo administrativo respectivo desde que haja conveniência para o CONTRATANTE; e

III - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO

(Art. 65 e §§, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA– Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Quarta – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quinta – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta – Havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da contratada, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sétima – Os preços dos serviços objeto desta contratação, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado do orçamento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da proposta - data limite para apresentação da proposta ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, deverão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, adotando-se a variação acumulada do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, nos termos previstos no art. 40, XI e 55, III da Lei 8.666/93 c/c Leis 9.069/95 e 10.192/01.

DA PUBLICAÇÃO

(Art. 61, parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento contratual e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia - DJE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei 8.666/1993.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Art. 55, XII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - À execução do presente instrumento e aos casos omissos, além das disposições previstas neste instrumento e no Projeto Básico e seus Anexos, aplicar-se-ão o disposto na Lei 8.666/93 (Licitações e Contratos, Lei 12.305/10, Decreto 5.940/06, Instrução Normativa SLTIMPOG n. 01/2010, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e Instrução Normativa TRE-RO 004/2008 e, supletivamente, Lei 10.406/2002 (Código Civil) e Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Subcláusula Única - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, assim acordados, lavrou-se a presente Carta-Contrato, que após lida e achada conforme, segue assinada pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 28 de novembro de 2019

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo Contratante	PATRICIA PAZ SILVA GIORDANI Pela Contratada
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 28/11/2019, às 12:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA PAZ SILVA GIORDANI, Usuário Externo**, em 28/11/2019, às 15:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 28/11/2019, às 16:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 29/11/2019, às 07:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0482208** e o código CRC **3F2C8082**.

0002306-16.2019.6.22.8000

0482208v2

Criado por 006007062364, versão 2 por 006007062364 em 28/11/2019 07:24:15.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROJETO BÁSICO - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, Inciso IX, 7º, § 2º e 9º da Lei no 8.666/93, no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei nº 10.520/2002, nos incisos I, III, V e § 2º do art. 9º do Decreto 5.450/05 e Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE/RO elaboramos o presente Projeto Básico.

2. DO OBJETO

O presente Projeto Básico tem por objeto a realização de carta-contrato com empresa especializada em coleta/descarte de lixo hospitalar/infectante para recolhimento e descarte do lixo hospitalar produzido pela Seção de Assistência Médico Odontológica – SAMES, do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, de acordo com as condições e especificações constantes neste Projeto Básico.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.0 - JUSTIFICATIVA

Em atendimento ao Art. 2º da IN n. 004/2008-TRE/RO, este instrumento foi elaborado com base no princípio do planejamento e da objetividade.

3.1 Do Planejamento: Este Projeto Básico foi elaborado, a fim de que a Administração conheça a necessidade, identifique adequadamente o objeto a ser licitado e efetue a adequada reserva de recursos orçamentários.

3.2 Da Objetividade: A necessidade da contratação do objeto é proveniente dos seguintes motivos:

3.2.1 Conforme legislação do Ministério da Saúde e a Resolução CONAMA nº 358/2005, para minimizar riscos ocupacionais nos ambientes de trabalho e proteger a saúde do trabalhador e da população em geral, esse tipo de resíduo (lixo hospitalar) deve ser descartado através de coleta seletiva realizada por profissionais capacitados para dar a destinação adequada ao material.

3.2.2 As atividades desenvolvidas nos consultórios médico e odontológico da SAMES resultam na produção dos seguintes tipos de lixo infectante/hospitalar, pertencentes aos Grupos A, B e E, em conformidade com a classificação da Resolução nº 306/2004 ANVISA:

Grupo A (resíduos infectantes ou biológicos) – todos os resíduos provenientes do atendimento ao paciente, por exemplo: algodão, gaze, compressas, luvas, espátulas que tenham tido contato ou não com sangue, tecidos ou fluídos orgânicos; Grupo B (resíduos químicos/farmacêuticos) – resíduos contendo substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade, as sobras eventuais de medicamentos ou com prazo de validade ultrapassado; e Grupo E (materiais perfurocortantes ou escarificantes) – lâminas, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório.

3.2.3 Considerando as Resoluções acima mencionadas a contratação em apreço se caracteriza como urgente e necessária; além de apresentar características de serviço continuado, visto que é condição *sine qua non*, nos termos da legislação pertinente, para o funcionamento dos Consultórios Médico e Odontológico deste TRE/RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.2.4 A contratação pretendida está em perfeita conexão com o macrodesafio “Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas” e é justificado pelo principal resultado esperado: cumprir as exigências legais para o funcionamento de serviços de saúde, dando a destinação adequada para o lixo infectante resultante das atividades realizadas na Seção de Assistência Médico Odontológica do TRE/RO.

3.2.5 São beneficiários diretos os consultórios médico, odontológico e atendimento de enfermagem. São beneficiários indiretos todos os usuários dos serviços prestados por esses setores e a sociedade em geral, considerando que a destinação adequada do lixo infectante, resultante das atividades realizadas pela SAMES, contribui com a preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente.

3.3 DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Além disso, os serviços pretendidos vão de encontro aos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS traçados no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO deste órgão, a saber:

- APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

3.4. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Considerando as regras previstas no art. 5º da IN nº 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e serviços, recomendamos que a empresa contratada atente para os seguintes itens:

3.4.1. Orientação aos empregados para colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, e resíduos recicláveis descartados, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizados pelo Contratante, de acordo com a Lei nº 12.305/10 e Decreto nº 5.940/06. Dar preferência a embalagens reutilizáveis ou biodegradáveis.

3.4.2. Uso racional de água, adotando medidas para evitar o desperdício de água tratada e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo tanto de água quanto de energia, conforme instituído no Decreto nº 48.138/03.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.4.3 Economia na utilização de máquinas, equipamentos e ferramentas contribuindo para a redução do consumo de energia, bem como na utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, bem como evitar o uso de extensões elétricas, em conformidade com a Lei de eficiência energética nº 10.295/01, Decreto nº 4.131/02, [Portarias INMETRO nº 289/06 e nº 243/09](#).

3.4.4. Transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos da coleta seletiva, dentro das normas exigidas pela ANVISA e CONAMA;

3.5 O serviço que se pretende contratar tem natureza acessória, instrumental e complementar às áreas de competências deste Órgão, não englobando a prática de quaisquer atos administrativos que impliquem decisões e/ou manifestações de vontade, com produção de efeitos jurídicos. Por outro lado, a natureza das atividades impõe a necessidade de notificação direta do prestador de serviços para cumprimento de suas tarefas, o que, contudo, não tem o condão de gerar vínculo empregatício entre o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e os empregados da empresa contratada.

3.6 Considerando-se a previsão do valor anual dar-se-á contratação direta (carta-contrato), após levantamento de preços, com fundamento no artigo 24, II, da Lei 8.666/93.

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Pretende-se realizar a contratação por estimativa de peso do lixo hospitalar, atendendo-se ao princípio da economicidade, pela seguinte razão: nas coletas realizadas no último contrato a pesagem de lixo infectante desta SAMES obteve uma média de 5 quilogramas/semana ([0001980-27.2017.6.22.8000](#)). Eventual variação para mais ou para menos não será significativa para o TRE/RO ou para a empresa contratada. Por outro lado, caso o contrato fosse realizado por pesagem semanal o custo seria maior, tendo em vista as despesas de equipamento e pessoal para a empresa. E para o Tribunal, situação em que seria necessária a conferência da pesagem em cada recolhimento.

4.2 Portanto, a empresa contratada deverá realizar a **coleta semanal** de aproximadamente 5 quilogramas de lixo infectante, todas as sextas-feiras, dentro do horário de funcionamento do TRE-RO, das 08:00h às 18:00h, no prédio sede do TRE/RO situado na Avenida Presidente Dutra, 1889, Bairro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Baixa da União, Porto Velho, RO. Eventuais variações no peso para mais ou para menos não poderão ser alegadas para majorar o preço.

4.3 Excepcionalmente, caso ocorra a necessidade de descarte em dia anterior à sexta-feira, em decorrência de acúmulo de lixo infectante, a contratada será comunicada com uma antecedência mínima de 24h (vinte e quatro horas) para fazê-lo, podendo ser dispensada a coleta da sexta-feira imediatamente seguinte.

4.4 Quando o dia da coleta coincidir com feriados ou outro dia em que não houver expediente no TRE/RO, ou caso ocorra qualquer outro impedimento que inviabilize a coleta dos resíduos, esta deverá ocorrer no dia útil imediatamente anterior ou subsequente, conforme previamente acordado com o fiscal do contrato.

4.5 O período de duração do serviço será de 12 meses a contar de 01/01/2020, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante celebração de termo aditivo, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93, limitado a 60 (sessenta) meses.

4.5 A execução dos serviços objetos da presente contratação terá início na primeira sexta-feira seguinte ao início da vigência dessa carta-contrato.

5. DA CAPACIDADE TÉCNICA

5.1 A empresa deverá estar regular junto ao Sicafe e apresentar:

5.1.1 Atestado de Capacidade Técnica que comprove experiência anterior na prestação do serviço em, no mínimo, 50% ou superior ao objeto deste Projeto Básico.

5.1.2 Licença Estadual de meio-ambiente, coleta, transporte, tratamento e destinação final de lixo infectante.

5.1.3 Declaração de que os veículos utilizados para coleta e transporte externo dos resíduos atendem às exigências legais e às normas da ABNT.

5.1.4 Declaração de que fará uso de aterro / incinerador devidamente autorizado por um órgão ambiental.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.0 – DA VIGÊNCIA E DO PREÇO

6.1 A carta-contrato de coleta de lixo hospitalar terá vigência de 12 (doze) meses a contar do dia 01/01/2020, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante celebração de termo aditivo, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93, limitado a 60 (sessenta) meses.

6.2 A proposta terá validade mínima de 90 (noventa) dias e deverá ser apresentada de forma clara e objetiva, contendo:

6.2.1 Os preços unitários, o valor mensal e o valor total anual cotado, apresentados em planilha, conforme modelo abaixo:

Item	Atividade	Unidade de Medida	Quantidade Mensal Estimada	Quantidade Anual Estimada	Valor mensal	Valor anual
1	coleta/descarte de lixo hospitalar/infectante	Aproximadamente 5 Kg / semanal	20 Kg	240 Kg	R\$ 180,00	R\$ 2.160,00
VALOR TOTAL ANUAL						R\$ 2.160,00

6.3 Sagrarou-se vencedora da Cotação de Preços nº 03/2019/SLC, evento [0468704](#) (para recolhimento e destinação do lixo infectante descrito no item 4, pelo período de 12 meses), a empresa Paz Ambiental Ltda, CNPJ 103318650001/94, tendo logrado êxito em enviar proposta válida (0464957) e habilitação regular (0464959), com preço de R\$ 2.160,00 (dois mil, cento e sessenta reais) por um período de 12 (doze) meses.

6.4 Com efeito, sugerimos a contratação direta da empresa em epígrafe.

7.0 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

A execução dos serviços de recolhimento e destinação de lixo infectante especificados no presente Projeto Básico será custeada pelo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Orçamento Ordinário deste Tribunal, conforme demonstrado no quadro abaixo:

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Ordinário
AGREGADOR	Manutenção Geral
DESPESA AGREGADA	Operação dos Serviços Administrativos
PLANO INTERNO	AOSA MANMAQ
VALOR ESTIMADO	R\$ 2.160,00

8.0 – DO CONTRATO - OBRIGAÇÕES DAS PARTES, SANÇÕES E PAGAMENTO

8.1 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1.1 Designar fiscal para a execução dos serviços, ligado à SAMES.

8.1.2 Destinar espaço físico adequado para o armazenamento do material a ser recolhido.

8.1.3 Comunicar à contratada, por escrito, eventuais problemas a serem solucionados.

8.1.4 Permitir o acesso às dependências do TRE-RO dos funcionários da contratada, desde que devidamente identificados.

8.1.5 Efetuar o pagamento à contratada, nos termos e condições especificadas neste Projeto Básico.

8.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.2.1 Indicar, por escrito e antes do início das atividades, preposto a atuar durante o período de vigência da carta-contrato, para representá-la administrativamente sempre que necessário, indicando-se o seu nome,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

telefone, e-mail e endereço, a quem o fiscal da carta-contrato deverá se reportar para resolução de pendências.

8.2.2 Apresentar os profissionais uniformizados e/ou identificados nas dependências do TRE/RO.

8.2.3 Destinar material e equipamentos adequados e em número suficiente ao desenvolvimento das atividades.

8.2.4 Os resíduos de serviços de saúde devem ser acondicionados atendendo às exigências legais referentes ao meio ambiente, à saúde e à limpeza urbana, e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT, ou, na sua ausência, às normas e critérios internacionalmente aceitos.

8.2.5 Os resíduos de serviços de saúde serão separados de acordo com as características físicas, químicas, biológicas e classificação e acondicionados em sacos e/ou recipientes impermeáveis, resistentes a ruptura e vazamentos, contendo identificação do conteúdo. Cabe à empresa o transporte e destinação conforme as normas técnicas citadas no item 5.1.3 deste Projeto Básico.

8.2.6 Adotar as medidas necessárias à proteção ambiental e as precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros durante a execução de suas atividades;

8.2.7 Responder por danos causados a terceiros e ao meio ambiente em virtude dos serviços prestados, desde que efetivamente caracterizada e comprovada sua responsabilidade;

8.2.8 Comunicar previamente ao contratante sobre problemas que possam ocasionar alterações de horário de coleta do material.

8.2.9 Orientar os profissionais sob sua responsabilidade sobre o teor do contrato firmado de forma a garantir sua fiel execução.

8.2.10 Apresentar a documentação enviada para “Atesto” da Nota Fiscal de Serviços, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas atualizada e Certidão de regularidade junto ao INSS e ao FGTS e fisco federal.

8.2.11 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação sem prévia anuência do Contratante.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.2.12 Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com os compromissos assumidos, todas as condições de habilitação exigidas durante o procedimento licitatório.

8.2.13 Realizar o recolhimento e adequada destinação ao lixo infectante, ainda que ocasionalmente a quantidade de lixo gerada ultrapasse, em quilogramas, a quantidade contratada.

8.3. DAS SANÇÕES

8.3.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas poderá sujeitar a CONTRATADA à multa moratória, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:

I - atraso injustificado de 24 (vinte e quatro) horas no atendimento da requisição ou na execução dos serviços de recolhimento do lixo infectante: multa de mora de 2% (dois por cento) sobre o valor contratado;

II – da 25ª a 48ª hora de atraso, multa de 3% (três por cento) sobre o valor contratado, caracterizando-se sua inexecução total a partir da 49ª hora de atraso;

III – ausência de recolhimento do lixo infectante por uma semana, sem justificativa aceita pela Contratante, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor contratado;

IV – ausência de recolhimento de lixo infectante superior a uma e até duas semanas, sem justificativa aceita pela Contratante, multa de 3% (três por cento) sobre o valor contratado, configurando sua inexecução a ausência de recolhimento do lixo infectante por mais de duas semanas;

8.3.1.1 Eventuais pedidos de prorrogação de prazos, desde que devidamente fundamentados, deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Material e Patrimônio para decisão.

8.3.1.2 Não serão aceitos pedidos de prorrogação de prazos impetrados após o término no correspondente prazo regular.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.3.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto Contratado, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado.

8.3.3 As multas previstas, não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros.

8.3.4 Se a adjudicatária ou contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela SELIC. Caso a empresa não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

8.4 DO PAGAMENTO

8.4.1 O pagamento será efetuado mensalmente, após a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada das respectivas requisições de serviços, quando for o caso, devidamente certificada pelo Chefe da Seção de Assistência Médica e Social do TRE/RO, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil contado da data em que a Fatura/Nota Fiscal for atestada.

8.4.2 Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá estar em situação de plena regularidade junto ao INSS, FGTS, à Justiça do Trabalho e com a Fazenda Pública Federal.

8.4.3 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

8.4.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATANTE não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} = \frac{(6/100)}{365} = \frac{0,00016438}{365}$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

8.4.5 A compensação financeira prevista no item anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

9.0 – DO REAJUSTE

9.1 Os preços dos serviços objeto desta contratação, **desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado do orçamento da proposta** - data limite para apresentação da proposta ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, deverão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, adotando-se a variação acumulada do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, nos termos previstos no art. 40, XI e 55, III da Lei 8.666/93 c/c Leis 9.069/95 e 10.192/01.

10.0 – CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

Serão recusados os serviços prestados em desacordo com este Projeto Básico, com os dispositivos contratuais e com a proposta, ou ainda com as normas ambientais ou de saúde pública vigentes.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.0 - FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

A gestão do contrato será de responsabilidade do titular da Seção de Assistência Médica e Social – SAMES. A fiscalização será de responsabilidade da servidora Elisângela Alves Silva Tivanello.

Eventuais dúvidas quanto ao contido neste Projeto Básico poderão ser esclarecidas pela Chefia da SAMES, por meio dos telefones (69) 3211-2041/2044, ou e-mail sames@tre-ro.jus.br.

As correspondências da contratada ao contratante deverão ser enviadas ao fiscal ou gestor do contrato para o endereço: Av. Presidente Dutra, nº 1889, bairro Areal, CEP: 76.805-901, Porto Velho/RO.



Documento assinado eletronicamente por **DAIANA MAZOTTI FERRAZ REIS, Chefe de Seção**, em 25/10/2019, às 11:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0469376** e o código CRC **2FDE8A15**.

0002306-16.2019.6.22.8000

0469376v14

Criado por 055280720728, versão 14 por 012226812356 em 25/10/2019 11:20:25.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002306-16.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SAMES



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Projeto Básico – Contratação direta de empresa especializada em coleta de lixo hospitalar/infectante deste Tribunal - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 0481176 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I - RELATÓRIO

01. Tratam os autos de pretensão do Serviço de Assistência Médica e Social - SAMES ([0457854](#)), com o objetivo de contratar pessoa jurídica especializada em coleta/descarte de lixo hospitalar/infectante para recolhimento e descarte do lixo hospitalar produzido pela Seção de Assistência Médico Odontológica – SAMES, do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

02. Encontra-se nos autos Cotação de Preços n. 03/2019 ([0461719](#)), juntamente com e-mails enviados às empresas especializadas ([0461747](#), [0462667](#), [0462689](#), [0462762](#), [0462767](#) e [0462847](#)).

03. Por meio da Informação n.7267 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0468704](#)) a unidade aduziu que o mercado ainda é muito restrito para a prestação desse tipo de serviço, esclareceu que com a cotação de preços foi obtido o seguinte resultado:

EMPRESA	VALOR ANUAL	OBSERVAÇÃO
LV SOLUCOES AMBIENTAIS (0464423)	R\$ 45.840,00	Empresa regular (0464436)
PAZ AMBIENTAL (0461957)	R\$ 2.160,00	Empresa regular (0464959)
M. X. P. USINA DE INCINERACAO DE RESIDUOS (0468692)	R\$ 3.552,00	- Proposta sem carimbo da empresa; - Não apresentou documentos III e IV do item 2.1 da Cotação (0468693).
AMAZON FORT SOLUCOES AMBIENTAIS (0468695)	R\$ 3.147,20	- Não apresentou documentos II, III e IV do item 2.1 da Cotação (0468696)
STERICYCLE (0468701)	-	Não atende nesta região
PRS RECICLADORA (0468702)	-	Não trabalha com infectantes. Apenas com não perigosos.
ECOVALLORRE (0468703)	-	Não atende nesta região



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

04. Ainda na Informação n. 7267 ([0468704](#)) a unidade comunicou que realizou diligências ([0468694](#) e [0468697](#)) e efetuou contatos telefônicos, contudo as empresas M. X. P. USINA DE INCINERACAO DE RESIDUOS e AMAZON FORT SOLUCOES AMBIENTAIS não apresentaram todos os documentos de qualificação técnica. Ademais as empresas LV SOLUCOES AMBIENTAIS e PAZ AMBIENTAL LTDA lograram êxito em enviar propostas válidas e documentos de habilitação regulares. A melhor proposta válida apresentada foi recebida da empresa PAZ AMBIENTAL LTDA, CNPJ n. 10.331.865/0001-94, no valor anual de R\$ 2.160,00 (dois mil cento e sessenta reais).

05. Juntou-se aos autos o Projeto Básico – PRES/DG/COEDE/SAMES ([0469376](#)) contendo a descrição do objeto, a justificativa, descrição dos serviços, a vigência e o preço, obrigações das partes, sanções e pagamento, reajuste, fiscalização e gestão do contrato.

06. A COMAP juntou ao processo o anexo Certificado de Regularidade do FGTS – CRF da empresa ([0477532](#)) e analisou o PB ([0469376](#)), dando-o por regular, por estar em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos artigos 6º, IX, e 7º, §2º, da Lei 8.666/93. Em seguida a Coordenadora se manifesta pela adjudicação do objeto à empresa **Paz Ambiental Ltda. CNPJ 103318650001/94** por encontrar-se regularmente habilitada a contratar com a Administração Pública ([0477413](#)).

07. A COMAP encaminhou os autos, por ordem do secretário da SAOFC à COFC para programação orçamentária, à SECONT para elaborar a minuta do instrumento contratual, por fim à esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico, Remessa – PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0477536](#)).

08. A COFC ([0478119](#)) informou que por tratar-se de despesa a ocorrer somente no exercício de 2020 não se faz possível a programação orçamentária e consequente reserva orçamentaria por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2020.

09. A SECONT juntou aos autos a Minuta da carta contrato ([0480582](#)). Assim instruído, o feito veio para análise desta Assessoria Jurídica.

II - ANÁLISE JURÍDICA

10. A contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação**, uma vez que o valor estimado



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de **R\$ 2.160,00 (dois mil cento e sessenta reais)** está dentro do limite legal permitido, podendo ser autorizada com amparo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, já que houve regular cotação de preços entre as empresas especializadas nesse ramo de atividade, o que restou comprovado nos autos.

11. Releva destacar que foi obtida no mercado local apenas 02 (duas) cotações válidas - ofertada por empresa aptas a contratar com o setor público – não estando em conformidade com o que assentou o Tribunal de Contas da União (TCU) nos **Acórdãos 1.545/2003, 222/2004 e 2.975/2004, todos da 1ª Câmara e 1.782/2010 – Plenário. Veja-se:**

Contratação de serviços por dispensa de licitação: 1 - Pesquisa de preços com pelo menos três cotações válidas

Denúncia formulada ao TCU indicou irregularidades na realização de coleta de preços, no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet. A primeira das irregularidades seria a existência de vícios na condução, autorização e homologação de pesquisa de preços nos exercícios de 2004 e 2008. A esse respeito, a unidade técnica expôs que “Essa Corte de Contas vem defendendo, de forma reiterada, que a consulta de preços junto ao mercado, nos casos de dispensa de licitação, deve contemplar, ao menos, três propostas válidas...”. O relator, acolhendo a manifestação da unidade técnica, votou pela procedência da denúncia e expedição de determinação à Codesa no sentido de que, “faça constar dos processos de contratação direta, inclusive por meio de licitação com base no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93, pesquisa de preços de mercado, no número mínimo de três cotações válidas, elaborados por empresas do ramo, com identificação do servidor responsável pela consulta, conforme iterativa jurisprudência deste Tribunal”. O Plenário, por unanimidade, acompanhou o voto do relator. Precedentes citados: Acórdãos nº 1.545/2003-1ª Câmara – Relação nº 49/2003; nº 222/2004-1ª Câmara e nº 2.975/2004-1ª Câmara. Acórdão n.º 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010. (grifo nosso)

Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta". O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. **Acórdão n.º 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010.** (grifo nosso)

12. No entanto, a unidade SLC informou que não foi possível obter o mínimo de três propostas válidas, uma vez que foram consultadas 07 (sete) empresas do ramo e, que 05 (cinco) não apresentaram a documentação completa ou não quiseram cotar, estando demonstrado o desinteresse por parte das poucas empresas e por conta do mercado restrito (Informação 7267 - evento 0468704). Assim, entende que restou justificada a ausência de 03 (três) cotações de preços, consoante determinado pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

No caso de não ser possível obter preços referenciais nos sistemas oficiais para a estimativa de custos em processos licitatórios, deve ser realizada pesquisa de preços contendo o mínimo de três cotações de empresas/fornecedores distintos, fazendo constar do respectivo processo a documentação comprobatória pertinente aos levantamentos e estudos que fundamentaram o preço estimado. **Caso não seja possível obter esse número de cotações, deve ser elaborada justificativa circunstanciada. Acórdão 2531/2011-Plenário | Relator: JOSÉ JORGE**

13. A cotação de preço levada a cabo no mercado local é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicável a todas as contratações diretas, quais sejam: a) a razão da escolha do fornecedor; e b) a justificativa do preço, consoante o disposto no art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº. 8.666/1993.

14. De outro lado, o PB ([0469376](#)), possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 6º, inciso IX, da Lei de Licitações e Contratos, motivo pelo qual pode ser **aprovado pela autoridade competente.**

15. Em última análise, pelos elementos que constam dos autos, entende-se possível enquadrar a despesa no **art. 24, II, da Lei n. 8.666/1993**, realizando-se a contratação, **diretamente**, com a empresa **Paz Ambiental Ltda, CNPJ 103318650001/94**, a qual ofertou os menores preços para a aquisição em comento, conforme cotação existente nos autos, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público.

16. Resta, aqui, a **análise formal** dos termos da **minuta** do instrumento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

17. Pois bem, verifica-se que a Minuta SECONT (0480582) encontra-se em **conformidade com as regras da Lei Geral de Licitações e Contratos** e atende aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, razão por que **não** há reparos a fazer nessa seara, estando **apto**, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

III - CONCLUSÃO

18. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica opina:

a) pela possibilidade de contratação direta da empresa **PAZ AMBIENTAL LTDS – EPP, CNPJ/MF nº 10.331.865/0001-94**, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993, **desde que haja comprovação nos autos da disponibilidade orçamentária para suportar a despesa e atualização prévia dos documentos de habilitação antes da efetivação da contratação; e**

b) pela **aprovação** do PB (0469376), pela autoridade competente, com fundamento no **inciso I do § 2º do art. 7º da Lei n. 8.666/93**, visto que estão presentes os elementos essenciais definidos no inciso IX do ar. 6º dessa mesma lei.

19. Por fim, aprova os termos da minuta da carta-contrato (0480582) para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8666/1993.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Trindade da Silva, Estagiário**, em 26/11/2019, às 10:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 26/11/2019, às 10:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0481176** e o código CRC **4A83D97E**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0002306-16.2019.6.22.8000

0481176v10

Criado por 016624702305, versão 10 por 004891562321 em 26/11/2019 10:55:57.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002306-16.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL

ASSUNTO: Contratação direta de empresa especializada em coleta de lixo hospitalar/infectante deste Tribunal.

DESPACHO Nº 6060 / 2019 - PRES/DG/GABDG

Tratam os autos de pretensão da Seção de Assistência Médica e Social - SAMES ([0457854](#)), com o objetivo de contratar pessoa jurídica especializada em coleta/descarte de lixo hospitalar/infectante produzido pela referida unidade ([0457854](#)).

A justificativa para aquisição do objeto foi apresentada pela unidade demandante no item 3 do Projeto Básico ([0469376](#)), informando que as atividades desenvolvidas nos consultórios médico e odontológico da SAMES resultam na produção dos tipos de lixo infectante/hospitalar pertencentes aos Grupos A, B e E, em conformidade com a classificação da Resolução n. 306/2004 ANVISA. Segundo a legislação do Ministério da Saúde e a Resolução CONAMA nº 358/2005, para minimizar riscos ocupacionais nos ambientes de trabalho e proteger a saúde do trabalhador e da população em geral, esse tipo de resíduo (lixo hospitalar) deve ser descartado através de coleta seletiva realizada por profissionais capacitados para dar a destinação adequada ao material.

A Cotação de Preços nº 03/2019/SLC ([0461719](#)), realizada nos autos para a contratação do serviço, apresentou propostas de 4 (quatro)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

empresas, porém só duas comprovaram nos autos aptidão para contratar com a administração pública. A melhor proposta foi apresentada pela empresa PAZ AMBIENTAL LTDA, CNPJ n. 10.331.865/0001-94, no valor anual de R\$ 2.160,00 (dois mil cento e sessenta reais), conforme evento [0461957](#).

A COFC informou que por se tratar de despesa a ocorrer somente no exercício 2020 não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2020, atualmente em tramitação no Congresso Nacional [PLN nº 22/2019-CN](#), bem como de abertura do exercício financeiro 2020. Registrou, por fim, que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2020 tramita no processo nº [0000737-77.2019.6.22.8000](#), com previsão do valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) destinados às despesas objeto desta contratação. ([0474926](#)).

A Coordenadoria de Material e Patrimônio concluiu que o Projeto Básico SAMES (Evento [0469376](#)), complementado pela Cotação de Preços (eventos [0461719](#)), encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, da Lei n. 8.666/93 e da IN n. 04/2008 do TRE-RO, e se manifestou pela adjudicação do objeto do PB à referida empresa ofertante do menor preço ([0477413](#)).

A SECONT elaborou e juntou aos presentes autos minuta da Carta-Contrato ([0480582](#)) contendo todas as disposições normativas que regem a presente avença.

Assim instruído, o feito foi encaminhado à Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral para análise, a qual, por meio do Parecer Jurídico AJDG [0481176](#), opinou pela possibilidade de contratação direta com a empresa PAZ AMBIENTAL LTDS – EPP, CNPJ/MF nº 10.331.865/0001-94, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993. Além disso, aprovou os termos da minuta de carta-contrato elaborada pela SECONT, em cumprimento ao art. 38, Parágrafo único, da Lei n. 8.666/93.

Por fim, a SAOFC se manifestou nos mesmos moldes da AJDG ([0481313](#)).

Inicialmente, entende-se que a contratação pretendida poderá ser processadas de forma direta, por dispensa de licitação, uma vez que o valor cotado está dentro do limite legal permitido, podendo ser autorizada a despesa com amparo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e no *novel* Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que fixa para a administração pública valores atualizados para as modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei nº 8.666/93.

Na análise do presente feito, verificou-se que foram obtidas no mercado local somente duas propostas válidas ofertadas por empresas aptas a contratar com a Administração Pública. A SLC apresentou justificativa, aduzindo limitação de mercado para o fornecimento do objeto e manifesto desinteresse por parte das poucas empresas que atuam no ramo ([0468704](#)). Assim, ainda que limitada, existe competitividade do fornecimento do objeto pretendido no mercado local, atendendo os requisitos legais, de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a razão da escolha do fornecedor; e b) a justificativa do preço (art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93), conforme o entendimento assentado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) nos Acórdãos 1.782/2010 e 1.565/2015 – Plenário.

Verifica-se que o Projeto Básico SAMES ([0469376](#)) complementado pela Cotação de preços n. 003/2019 - SLC, possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, da Lei n. 8.666/93 e da IN n. 04/2008 do TRE-RO.

Por fim, em cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, a Minuta de Carta-Contrato foi aprovada pela Assessoria Jurídica, por estar em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

Por todo o exposto e com base nas atribuições de competências delegadas através do artigo 1º, inciso I, da Portaria 66/2018/GP, esta diretora-geral:

1 - Aprova o Projeto Básico SAMES ([0469376](#)) complementado pela Cotação de preços n. 003/2019 - SLC, pois possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, da Lei n. 8.666/93 e da IN n. 04/2008 do TRE-RO;

2 - Autoriza a despesa, de forma direta, por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93; por não haver fracionamento de despesa, haja vista ser esta a primeira contratação neste exercício;

3 - Adjudica o objeto e autoriza a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 2.160,00 (dois mil cento e sessenta reais) à empresa PAZ AMBIENTAL LTDA, CNPJ n. 10.331.865/0001-94, desde que haja comprovação nos autos da disponibilidade orçamentária



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

para suportar a despesa e atualização prévia dos documentos de habilitação antes da efetivação da contratação.

Devolvam-se os autos ao Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 27/11/2019, às 14:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0481626** e o código CRC **A5E8D72B**.

0002306-16.2019.6.22.8000

0481626v16

Criado por 026098941465, versão 16 por 004577222313 em 27/11/2019 14:39:53.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Espécie: Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação, com fundamento no artigo 26 da Lei 8.666/93 e termos da Decisão TCU n. 1.336/2006 – Plenário. Carta-Contrato n. 24/2019, assinada em 28/11/2019. Contratada: PAZ AMBIENTAL LTDA, CNPJ 10.331.865/0001-94. Contratação de empresa especializada em coleta e descarte de lixo hospitalar infectante, para recolhimento e descarte do lixo hospitalar produzido pela Seção de Assistência Médico Odontológica – SAMES do TRE-RO. Fundamento: Contratação direta por Dispensa de Licitação, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93. Vigência: 12 (doze) meses, a contar de 1º/01/2020, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos. Valor: R\$ 2.160,00. A Nota de Empenho será emitida após a disponibilização do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

orçamento 2020. Justificativa: Visa cumprir as exigências legais para o funcionamento de serviços de saúde, dando a destinação adequada para o lixo infectante resultante das atividades realizadas na Seção de Assistência Médico Odontológica do TRE-RO. Declaração de Dispensa em 26/11/19, por meio do Parecer Jurídico 0481176/AJDG, por CAMILA TRINDADE DA SILVA, Estagiária, e ratificado por MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, CPF n. 716.688.707-97, Assessora Jurídica. Autorizada a Despesa e Ratificada a Dispensa de Licitação em 27/11/2019, por meio do Despacho 6060/PRES/DG/GABDG, por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, CPF nº 475.106.849-00, Diretora-Geral do TRE-RO. Processo 0002306-16.2019.6.22.800.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 29/11/2019, às 09:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0482674** e o código CRC **DF4F4D33**.

0002306-16.2019.6.22.8000

0482674v2

Criado por 006007062364, versão 2 por 006007062364 em 29/11/2019 09:00:29.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE CARTA-CONTRATO

Espécie: Extrato da Carta-Contrato 24/2019/TRE-RO, assinada em 28/11/2019. Contratada: PAZ AMBIENTAL LTDA, CNPJ 10.331.865/0001-94. Objeto: Contratação de empresa especializada em coleta e descarte de lixo hospitalar infectante, para recolhimento e descarte do lixo hospitalar produzido pela Seção de Assistência Médico Odontológica – SAMES do TRE-RO. Vigência: 12 (doze) meses, a contar de 1º/01/2020, podendo ser prorrogada. Fundamento Legal: Artigo 24,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inciso II, da Lei 8.666/93. Valor: R\$ 2.160,00. Signatários: pelo Contratante, a Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO e pela Contratada, a Senhora PATRICIA PAZ SILVA GIORDANI. Ato de autorização da despesa: DESPACHO Nº 6060/2019 - PRES/DG/GABDG, de 27/11/2019. Processo SEI nº. 0002306-16.2019.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 29/11/2019, às 09:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0482675** e o código CRC **A78EF02D**.

0002306-16.2019.6.22.8000

0482675v3

Criado por 006007062364, versão 3 por 006007062364 em 29/11/2019 09:07:34.